

**A RELAÇÃO ENTRE
CULTURA, AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NAS
COMUNIDADES
RIBEIRINHAS DA
AMAZÔNIA: PERSPECTIVAS
PARA A CONSERVAÇÃO E O
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

THE RELATIONSHIP BETWEEN CULTURE, ENVIRONMENT AND
SUSTAINABILITY IN AMAZON RIVERINE COMMUNITIES: PERSPECTIVES
FOR CONSERVATION AND LOCAL DEVELOPMENT

Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas •

21/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/776800286](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/776800286)

Cristiane do Socorro Rebelo Pamplona¹
Odaíze do Socorro Ferreira Cavalcante Lima²
Lailton da Silva Freire³
Daniel Barbosa dos Santos⁴
Maria Lenir Rodrigues Pinheiro⁵
Aline Maria Reichert de Oliveira⁶
Rosângela Maria Barreto dos Santos de Almeida⁷
Jussara Gonçalves Fonseca⁸
Helder de Brito Santos⁹
Victor Hugo da Silva Xisto¹⁰
Murillo Nazareno Cavalcante Aguiar¹¹
Agnaldo Braga Lima¹²

RESUMO

As comunidades ribeirinhas da Amazônia constituem espaços socioculturais singulares, nos quais a relação entre ser humano e natureza se estabelece de modo integrado, histórico e territorialmente situado. Seus modos de vida, formas de trabalho, sistemas de uso comum dos recursos e saberes tradicionais expressam uma racionalidade socioambiental que articula subsistência, identidade cultural e conservação da biodiversidade. Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a interdependência entre cultura, ambiente e sustentabilidade no cotidiano dessas populações, destacando suas implicações para a educação e para o desenvolvimento local. A pesquisa adota revisão sistemática qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, apoiada em estudos sobre comunidades ribeirinhas, conhecimentos tradicionais, educação ambiental, manejo participativo e políticas voltadas a povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Os resultados indicam que práticas culturais ligadas à pesca artesanal, ao uso da várzea, ao extrativismo e à transmissão oral de conhecimentos contribuem para formas de conservação que não se opõem à vida comunitária, mas se realizam por meio dela. Também se observa que a educação contextualizada e territorialmente sensível fortalece a identidade ribeirinha, amplia a consciência ecológica e favorece a valorização dos saberes locais nos processos educativos formais e não formais. Além disso, experiências de manejo participativo de recursos pesqueiros e de gestão compartilhada do território demonstram que essas comunidades desenvolvem alternativas viáveis ao modelo hegemônico de exploração intensiva dos recursos naturais. Conclui-se que a promoção de um desenvolvimento local sustentável na Amazônia exige reconhecer o protagonismo das comunidades ribeirinhas, integrar seus conhecimentos às políticas públicas e construir

propostas educacionais que articulem conservação ambiental, justiça social e fortalecimento das economias locais.

Palavras-chave: comunidades ribeirinhas; Amazônia; educação ambiental; sustentabilidade; saberes tradicionais; desenvolvimento local.

ABSTRACT

Amazon riverine communities are unique sociocultural spaces in which the relationship between human beings and nature is established in an integrated, historical, and territorially situated manner. Their ways of life, work practices, common-resource management systems, and traditional knowledge express a socio-environmental rationality that articulates subsistence, cultural identity, and biodiversity conservation. This article aims to critically analyze the interdependence between culture, environment, and sustainability in the daily life of these populations, highlighting its implications for education and local development. The study adopts a qualitative systematic review of bibliographic and documentary sources, drawing on research about riverine communities, traditional knowledge, environmental education, participatory management, and policies aimed at traditional peoples and communities in the Amazon. The findings indicate that cultural practices related to artisanal fisheries, floodplain use, extractivism, and oral transmission of knowledge contribute to forms of conservation that do not oppose community life, but are carried out through it. The review also shows that contextualized and territorially sensitive education strengthens riverine identity, expands ecological awareness, and favors the valorization of local knowledge in formal and non-formal educational processes. In addition, experiences of participatory fisheries management and shared territorial governance demonstrate that these communities develop viable alternatives to

the hegemonic model of intensive natural resource exploitation. It is concluded that promoting sustainable local development in the Amazon requires recognizing the protagonism of riverine communities, integrating their knowledge into public policies, and building educational proposals that articulate environmental conservation, social justice, and the strengthening of local economies.

Keywords: riverine communities; Amazon; environmental education; sustainability; traditional knowledge; local development.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a Amazônia apenas como grande reserva de recursos naturais ou fronteira de expansão econômica significa apagar a complexidade histórica de seus povos, territórios e modos de vida. Entre esses sujeitos, as comunidades ribeirinhas ocupam lugar central, pois sua existência se organiza em torno das águas, da várzea, dos ciclos de cheia e seca, da pesca, do extrativismo e de formas de sociabilidade profundamente ligadas ao ambiente. Lira (2016), ao discutir a organização sociopolítica e territorial das comunidades ribeirinhas na Amazônia, mostra que elas integram o universo das comunidades tradicionais e que seu modo de organização social se estrutura na relação com o território e com recursos usados de forma historicamente compartilhada. Essa leitura é relevante porque desloca a imagem do ribeirinho de figura periférica para sujeito coletivo com racionalidade territorial própria.

No plano normativo, o Estado brasileiro reconhece povos e comunidades tradicionais por meio do Decreto nº 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. O decreto define esses grupos

pela autoidentificação, por formas próprias de organização social e pelo uso de territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Embora a norma não trate apenas de comunidades ribeirinhas, ela oferece base jurídica importante para compreender a legitimidade de seus modos de vida e de seus direitos territoriais e culturais.

A literatura socioambiental já questionou há décadas a falsa oposição entre conservação ambiental e presença de populações tradicionais. Arruda (1999) argumenta que a proteção dos recursos naturais não precisa ocorrer contra essas populações, pois seus modos de uso e ocupação frequentemente revelam práticas compatíveis com a conservação. Em sentido semelhante, estudos recentes sobre a importância das comunidades tradicionais para a biodiversidade mostram que suas principais contribuições incluem manejo e uso sustentável dos recursos, além de práticas culturais e tradicionais associadas à conservação. Essa convergência teórica é importante porque desafia o modelo hegemônico de desenvolvimento que tende a associar sustentabilidade apenas a controle externo ou tecnocrático da natureza.

No caso amazônico, essa interdependência entre cultura e ambiente assume densidade particular. Santos et al. (2014), ao tratarem de saberes tradicionais em unidade de conservação na várzea amazônica, enfatizam que a ocupação dessas áreas permitiu o desenvolvimento de conhecimento ecológico local sobre a biodiversidade. Lima et al. (2012), em estudo etnoictiológico sobre o pirarucu, também mostram a existência de saberes locais sobre ecologia e biologia da espécie que dialogam com o conhecimento científico. Esses achados sugerem que as práticas cotidianas

ribeirinhas não são apenas formas de sobrevivência, mas sistemas de observação, classificação e manejo do ambiente.

Ao mesmo tempo, a Amazônia contemporânea permanece atravessada por disputas territoriais, assimetrias políticas e formas de invisibilização social. Fernandes (2021) analisa a formação sócio-histórica da Amazônia destacando o “não lugar” frequentemente atribuído às comunidades ribeirinhas e a outros povos tradicionais nos projetos dominantes de desenvolvimento. Essa crítica é importante porque evidencia que a marginalização dessas populações não decorre de ausência de racionalidade produtiva, mas da desvalorização de modos de vida que não se enquadram na lógica intensiva de exploração de recursos. Assim, discutir sustentabilidade ribeirinha implica também discutir justiça social, reconhecimento e poder.

Nesse cenário, a educação assume papel estratégico. Não se trata apenas de escolarização formal, mas de processos amplos de transmissão de conhecimentos, experiências de educação ambiental, fortalecimento identitário e diálogo entre saberes. Tiriba (2024) discute práticas educativo-formativas de integração de saberes na Amazônia frente à ruptura do sociometabolismo entre seres humanos e natureza, indicando que povos e comunidades tradicionais elaboram formas de aprendizagem que articulam trabalho, território, memória e ambiente. Em âmbito mais amplo, a UNESCO destacou, em estudo sobre educação na Amazônia, que projetos educativos precisam incorporar processos de imersão sociocultural e ecológica, incluir vozes locais e garantir que professores sejam sensíveis ao contexto cultural e intelectual das comunidades tradicionais.

No caso das escolas ribeirinhas, a necessidade de contextualização é ainda mais evidente. Alencar et al. (2021), ao estudar escolas ribeirinhas frente às variações de seca e cheia do rio, apontam ausência de formação específica para atuação na educação ribeirinha e a necessidade de adaptação constante às dinâmicas ambientais. Esse achado é revelador: as condições ecológicas não são pano de fundo da educação ribeirinha, mas parte constitutiva de seu cotidiano. A escola, nesse contexto, só se torna significativa quando reconhece o território como produtor de conhecimento e não como obstáculo externo ao currículo.

Além da educação, o desenvolvimento local aparece como eixo incontornável. Experiências ligadas ao manejo participativo do pirarucu, à gestão compartilhada de lagos e acordos de pesca, à valorização de cadeias extrativistas e ao uso comunitário do território indicam que as comunidades ribeirinhas constroem alternativas práticas ao paradigma predatório. Seixas et al. (2011) mostram que a gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros pode ocorrer por diferentes arranjos institucionais formais e informais, enquanto Gonçalves et al. (2024) analisam criticamente o manejo participativo do pirarucu como prática monitorada por instituições e comunidades. Essas experiências sugerem que sustentabilidade, para os ribeirinhos, não é conceito abstrato, mas prática territorial.

Diante desse quadro, o presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre cultura, ambiente e sustentabilidade nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, destacando implicações para a conservação e o desenvolvimento local. Parte-se da hipótese de que os modos de vida ribeirinhos constituem formas de racionalidade socioambiental relevantes para a conservação da biodiversidade e

para a formulação de propostas educativas e políticas públicas mais justas e territorialmente sensíveis.

2. METODOLOGIA

O estudo adota **revisão sistemática qualitativa**, de caráter bibliográfico e documental, orientada para a síntese crítica de produções sobre comunidades ribeirinhas amazônicas, saberes tradicionais, educação ambiental, manejo sustentável e desenvolvimento local. A opção por uma revisão qualitativa decorre da natureza interdisciplinar do tema, que articula contribuições da antropologia, sociologia, educação, saúde coletiva, ecologia política e estudos socioambientais. Em vez de buscar metanálise quantitativa, a pesquisa privilegiou interpretação crítica das convergências e tensões presentes na literatura.

As fontes priorizadas incluíram: a) estudos teóricos sobre comunidades tradicionais e ribeirinhas na Amazônia; b) artigos sobre conhecimentos tradicionais, uso do território, pesca artesanal e manejo participativo; c) trabalhos sobre educação ambiental e educação contextualizada em territórios amazônicos; d) documentos normativos e institucionais relativos a povos e comunidades tradicionais. Entre as referências estruturantes estão Lira (2016), Arruda (1999), Fernandes (2021), Tiriba (2024), Alencar et al. (2021), Santos (2005), Seixas et al. (2011) e Gonçalves et al. (2024), além do Decreto nº 6.040/2007 e materiais da UNESCO sobre educação em contextos amazônicos e tradicionais.

A análise foi organizada em quatro eixos: 1) comunidades ribeirinhas como sujeitos socioterritoriais; 2) saberes tradicionais e sustentabilidade; 3) educação ambiental e educação

contextualizada; 4) desenvolvimento local e alternativas ao modelo hegemônico. A síntese buscou responder à seguinte questão: **de que modo a articulação entre cultura, ambiente e práticas comunitárias nas comunidades ribeirinhas da Amazônia contribui para a conservação e para projetos de desenvolvimento local socialmente justos e ecologicamente sustentáveis?**

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do conjunto de estudos examinados permite sustentar que a relação entre cultura, ambiente e sustentabilidade nas comunidades ribeirinhas da Amazônia não pode ser compreendida por meio de categorias dicotômicas que oponham sociedade e natureza, tradição e desenvolvimento, conservação e uso dos recursos. O que a literatura revela é a existência de uma racionalidade socioambiental construída historicamente, na qual o território não é apenas suporte físico da vida social, mas dimensão constitutiva da organização comunitária, da memória coletiva, do trabalho, da circulação e da reprodução cultural. Lira mostra que as comunidades ribeirinhas devem ser entendidas como formas específicas de organização sociopolítica e territorial no interior do universo das comunidades tradicionais amazônicas, com vínculos profundos com a dinâmica da natureza e com modos de vida ligados aos rios, à várzea e aos ciclos ecológicos. Essa perspectiva é fundamental porque desloca a leitura que reduz os ribeirinhos a populações periféricas ou economicamente “atrasadas” e os reconhece como sujeitos produtores de territorialidades próprias, cuja existência se funda em uma interação continuada com o ambiente.

Essa constatação exige uma crítica mais ampla ao modelo hegemônico de desenvolvimento aplicado à Amazônia. Durante décadas, prevaleceu uma visão segundo a qual desenvolvimento significaria intensificar a exploração econômica dos recursos naturais, integrar territórios amazônicos às lógicas centrais de mercado e converter formas locais de vida em obstáculos a serem superados. O problema central desse paradigma é que ele tende a invisibilizar os modos de uso, as formas de conhecimento e as práticas de manejo que já existem nos territórios. Arruda, ao discutir a relação entre populações tradicionais e conservação em unidades de conservação, criticou precisamente a pretensa oposição entre presença humana e proteção ambiental, mostrando que a política de preservação centrada apenas em restrições à ocupação humana ignorou, por muito tempo, a existência de populações que desenvolveram formas de vida compatíveis com a conservação dos recursos naturais. Aplicado às comunidades ribeirinhas, esse argumento permite compreender que os conflitos em torno da Amazônia não decorrem apenas do uso da natureza, mas de disputas entre distintas racionalidades de relação com o território.

A implicação mais importante dessa leitura é que a sustentabilidade, no contexto ribeirinho, não se apresenta como conceito importado de agendas ambientais globais para regular práticas locais, mas como algo que já está, de diferentes maneiras, inscrito no cotidiano dessas comunidades. Isso não significa idealizar romantizadamente os ribeirinhos como guardiões naturais e intocados da floresta, mas reconhecer que suas estratégias de reprodução social dependem da manutenção relativa dos ciclos ecológicos e, por isso, produzem conhecimentos, normas comunitárias e formas de prudência ecológica que possuem relevância concreta. A literatura examinada sobre comunidades tradicionais e conservação mostra que as

contribuições desses grupos se concentram justamente no manejo e no uso sustentável dos recursos, além de práticas culturais associadas à conservação. Em vez de compreender sustentabilidade como mera adoção de técnicas externas, torna-se mais adequado lê-la como articulação entre experiência territorial, necessidade material, regulação social e conhecimento ecológico local.

Essa articulação torna-se ainda mais nítida quando se observa o papel das águas e da sazonalidade na organização da vida ribeirinha. A vida nas margens dos rios amazônicos é regulada por ciclos de cheia e seca que não atuam apenas sobre a paisagem, mas sobre o calendário do trabalho, da pesca, do plantio, da circulação, da sociabilidade e da escola. Os rios não são, nesse contexto, simples vias de transporte ou reservatórios de recursos: são eixos temporais e existenciais em torno dos quais se organiza a vida coletiva. O estudo de Alencar e Costa sobre escolas ribeirinhas diante das variações de seca e cheia evidencia como a sazonalidade altera rotinas, acessos e práticas educativas, exigindo adaptação constante dos professores e da escola. Isso reforça a ideia de que a natureza, nas comunidades ribeirinhas, não constitui um exterior à sociedade; ela participa diretamente da forma de organização do cotidiano e da produção de saberes.

Essa imbricação entre cultura e ambiente ajuda a explicar por que os saberes tradicionais têm tanta importância no debate sobre conservação amazônica. Quando comunidades ribeirinhas observam a dinâmica dos peixes, os ritmos da várzea, os tempos adequados de coleta e os sinais de transformação ambiental, elas não estão apenas acumulando informações empíricas dispersas; estão produzindo conhecimento territorial situado, transmitido entre gerações e continuamente testado na prática. Essa forma de

conhecimento é inseparável do modo de vida local e não pode ser adequadamente reduzida à condição de “crença” ou de “folclore”. A literatura sobre conhecimentos tradicionais em contextos amazônicos mostra que tais saberes permitem reconhecer espécies, compreender variações ambientais e orientar práticas de uso dos recursos. Dessa forma, a conservação não depende exclusivamente de ciência externa ou de monitoramento técnico estatal, embora estes possam ser importantes, mas também do reconhecimento da inteligência territorial já existente nas comunidades.

A discussão torna-se particularmente concreta quando se consideram as práticas de manejo pesqueiro. A pesca, na Amazônia, é simultaneamente atividade econômica, prática alimentar, fundamento cultural e mecanismo de relação cotidiana com os rios. O trabalho clássico de Santos e Santos sobre a sustentabilidade da pesca na Amazônia já indicava que a atividade pesqueira precisava ser analisada sob uma perspectiva que articulasse histórico, potencial, tipos de pesca e, sobretudo, educação ambiental como caminho para sustentabilidade. Mais adiante, Seixas e colaboradores, ao discutirem gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros, mostraram que a governança desses recursos pode ocorrer por arranjos institucionais diversos, formais e informais, e que o manejo participativo emerge como alternativa concreta de uso sustentável. Esses estudos permitem concluir que a sustentabilidade pesqueira não depende apenas de proibições ou controles externos, mas de pactos sociais, aprendizagem coletiva, participação comunitária e reconhecimento de regras locais de uso.

Nesse ponto, a noção de protagonismo comunitário assume importância decisiva. Um dos equívocos recorrentes das políticas voltadas para territórios amazônicos é tratar as populações locais

como beneficiárias passivas de projetos de conservação ou de desenvolvimento. A literatura revisada sugere o contrário: as comunidades ribeirinhas são produtoras de soluções, pactos e conhecimentos que podem estruturar políticas públicas mais eficazes. O manejo participativo do pirarucu, por exemplo, tem sido frequentemente citado como evidência de que a combinação entre monitoramento, acordos locais e organização comunitária pode produzir resultados positivos para conservação e geração de renda. A discussão aqui não é apenas técnica, mas política: reconhecer o protagonismo ribeirinho significa admitir que conservação ambiental e desenvolvimento local só se tornam legítimos e sustentáveis quando as comunidades participam da definição dos usos do território e dos modos de regulação dos recursos.

No entanto, essa valorização dos saberes e das práticas locais não pode se converter em romantização. As comunidades ribeirinhas vivem sob fortes condições de vulnerabilidade social, pressões econômicas, precariedade de infraestrutura e assimetrias históricas de poder. Muitas delas enfrentam dificuldades de acesso a educação, saúde, saneamento, transporte, comunicação e direitos territoriais. Por isso, reconhecer o valor ecológico e cultural de seus modos de vida não implica ignorar as desigualdades estruturais que atravessam seus territórios. Ao contrário, uma leitura crítica exige compreender que a sustentabilidade local é continuamente tensionada por relações desiguais com o Estado, com o mercado e com projetos externos de desenvolvimento. A maior parte das fragilidades observadas não decorre de deficiência intrínseca das comunidades, mas da forma como seus territórios são historicamente subordinados a lógicas exógenas de exploração e de decisão.

É justamente nesse ponto que a educação assume um papel estratégico. A literatura analisada permite concluir que a educação, quando descolada do território, tende a reproduzir a invisibilização das populações ribeirinhas. Currículos concebidos a partir de referências urbanas e universalizantes, práticas pedagógicas indiferentes à sazonalidade amazônica e ausência de diálogo com os saberes locais criam uma escola que fala sobre um mundo diferente daquele vivido pelos estudantes. Em contraste, quando a educação se torna contextualizada, ela pode fortalecer a identidade ribeirinha, valorizar conhecimentos tradicionais e produzir consciência ecológica articulada à experiência concreta do território. As orientações da UNESCO sobre educação na Amazônia são explícitas ao recomendar que projetos educativos incorporem processos de imersão sociocultural e ecológica, incluam vozes locais e garantam que professores conheçam e respeitem o contexto cultural e intelectual das comunidades tradicionais. Isso significa que a escola relevante para a Amazônia não é a que leva um pacote pedagógico pronto ao território, mas aquela que se deixa interpelar por ele.

A reflexão de Tiriba aprofunda esse argumento ao discutir práticas educativo-formativas de integração de saberes na Amazônia. A autora parte da crítica à ruptura do sociometabolismo entre seres humanos e natureza e mostra que povos e comunidades tradicionais elaboram práticas formativas ligadas ao trabalho, ao território e à experiência concreta de vida. Essa perspectiva é particularmente fecunda porque permite pensar a educação para além dos limites formais da escolarização. Nas comunidades ribeirinhas, aprender não se restringe ao espaço escolar: envolve observação dos rios, participação em atividades produtivas, narrativas dos mais velhos, circulação pelo território e experiência compartilhada da vida comunitária. Quando a escola reconhece

essa ecologia ampliada de aprendizagens, ela fortalece a integração entre conhecimentos escolares e saberes tradicionais. Quando a ignora, tende a reforçar cisões artificiais entre ciência e experiência, natureza e cultura, escola e comunidade.

O estudo de Alencar e Costa sobre resiliência pedagógica em escolas ribeirinhas acrescenta outra dimensão importante: a necessidade de formação específica de professores para atuar nesses contextos. As autoras identificaram ausência de formação voltada à educação ribeirinha e mostraram que os docentes precisam adaptar constantemente suas práticas em função da sazonalidade do Rio Amazonas. Esse achado evidencia que a simples presença de escola nos territórios ribeirinhos não garante pertinência pedagógica. Sem formação adequada, os professores podem reproduzir currículos urbanos padronizados e respostas improvisadas a problemas estruturais do território. Com formação contextualizada, contudo, a educação pode se tornar instrumento de valorização cultural, reflexão socioambiental e fortalecimento comunitário. A questão docente, portanto, é central para qualquer projeto de educação comprometido com sustentabilidade e desenvolvimento local na Amazônia.

Outro ponto central da discussão é o lugar das políticas públicas. O Decreto nº 6.040/2007, ao instituir a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, reconhece formalmente a existência de grupos com formas próprias de organização e dependência dos territórios e recursos naturais para sua reprodução social, cultural, religiosa, ancestral e econômica. Esse marco é extremamente relevante porque rompe, ao menos no plano jurídico, com a invisibilidade histórica de comunidades como as ribeirinhas. No entanto, há uma

diferença importante entre reconhecimento normativo e efetivação política. O fato de o Estado reconhecer direitos não garante automaticamente que as políticas educacionais, ambientais, fundiárias e de desenvolvimento incorporem de forma consequente os saberes locais e o protagonismo comunitário. A distância entre norma e implementação continua sendo um dos grandes desafios.

Essa distância se expressa de maneira particularmente intensa quando se trata de desenvolvimento local. Em muitas situações, o desenvolvimento é proposto às comunidades ribeirinhas por meio de modelos externos, que prometem integração econômica, modernização produtiva e geração de renda, mas que frequentemente rebaixam a importância das práticas locais de manejo e das formas comunitárias de organização. A crítica a esse padrão não implica negar a necessidade de melhoria das condições de vida, renda, infraestrutura e acesso a serviços. Significa, antes, questionar a ideia de que essas melhorias dependem necessariamente da substituição dos modos de vida ribeirinhos por formas padronizadas de inserção econômica. O que a literatura sugere é que existem caminhos de desenvolvimento local capazes de articular geração de renda, uso sustentável dos recursos e fortalecimento da autonomia comunitária. O desafio é construir políticas que reconheçam essa possibilidade em vez de destruí-la.

Também é preciso sublinhar que a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento local só se sustenta quando acompanhada por justiça social. Não há conservação legítima se ela expulsa, silencia ou subordina aqueles que historicamente vivem nos territórios. Do mesmo modo, não há desenvolvimento socialmente justo se ele se baseia na expropriação dos conhecimentos, da autonomia e das formas coletivas de

organização das comunidades. A experiência amazônica mostra que conservação e justiça não devem ser tratadas como agendas concorrentes, mas como dimensões que precisam caminhar juntas. As comunidades ribeirinhas oferecem um ponto de observação privilegiado dessa articulação porque seu modo de vida mostra, na prática, que proteção ecológica pode ser compatível com trabalho, cultura e reprodução comunitária, desde que os direitos territoriais e sociais sejam respeitados.

A discussão conduz, assim, a uma crítica epistemológica importante: o conhecimento válido para orientar conservação e educação na Amazônia não pode ser restrito ao conhecimento técnico-científico produzido fora dos territórios. Isso não significa rejeitar a ciência, mas reconhecer que ela precisa dialogar com sistemas locais de conhecimento. Os saberes tradicionais não são resíduo de um passado a ser superado, mas formas contemporâneas de compreender e interagir com o ambiente. Em muitos casos, eles permitem leituras finas dos ecossistemas, das espécies e das sazonalidades que seriam inacessíveis a observadores externos. O desafio não é escolher entre ciência e tradição, mas construir interfaces respeitadas e simétricas entre ambas. Uma política de educação ambiental, de manejo ou de desenvolvimento local que ignore essa exigência corre o risco de produzir fracasso técnico e injustiça cultural ao mesmo tempo.

Por fim, a principal implicação desta discussão é que as comunidades ribeirinhas da Amazônia devem ser tratadas como sujeitos estratégicos de uma agenda contemporânea de sustentabilidade, e não como remanescentes de um mundo em desaparecimento. Seus modos de vida, seus saberes e suas práticas de manejo mostram que existem alternativas reais ao paradigma

predatório de desenvolvimento. Essas alternativas não estão prontas nem são imunes a contradições, mas oferecem referências concretas para pensar conservação ambiental, educação contextualizada e desenvolvimento local em bases mais justas e mais sustentáveis. A tarefa das políticas públicas, da pesquisa e da educação não é enquadrar essas comunidades em modelos externos pré-definidos, mas reconhecer seu protagonismo, fortalecer sua capacidade de decisão e construir, com elas, respostas que articulem território, biodiversidade, cultura e futuro. Nessa perspectiva, a Amazônia deixa de ser apenas espaço de disputa por recursos e passa a ser reconhecida também como espaço de produção de conhecimento, de vida e de possibilidades históricas outras.

Os resultados obtidos permitem afirmar que a relação entre cultura, ambiente e sustentabilidade nas comunidades ribeirinhas da Amazônia desafia concepções lineares de desenvolvimento. O modelo hegemônico costuma tratar a natureza como estoque de recursos e as populações tradicionais como grupos a serem integrados a circuitos produtivos supostamente mais modernos. A literatura revisada, contudo, sugere algo distinto: os modos de vida ribeirinhos constituem formas de racionalidade ecológica e territorial que, embora marcadas por vulnerabilidades e pressões externas, revelam conhecimentos e práticas fundamentais para a conservação e para a produção de alternativas sustentáveis.

Essa discussão também mostra que a sustentabilidade, para as comunidades ribeirinhas, não é conceito abstrato, mas prática situada. Ela aparece na gestão das águas, no respeito aos ciclos de reprodução dos peixes, no uso combinado de recursos da várzea e da floresta, nos acordos comunitários e na transmissão

intergeracional de conhecimentos. Quando essas práticas são ignoradas ou subordinadas a projetos externos, produz-se não apenas injustiça social, mas perda de capacidade de conservação. Em outras palavras, a marginalização dos ribeirinhos é também perda ecológica.

No plano educacional, a principal implicação é que a escola amazônica precisa superar modelos descontextualizados. A educação ambiental, quando separada da vida concreta do território, corre o risco de se tornar discurso normativo sem enraizamento social. Já quando se articula aos saberes tradicionais, às práticas comunitárias e aos ciclos ecológicos locais, pode fortalecer identidade, cidadania ecológica e protagonismo. A recomendação da UNESCO de integrar vozes locais, garantir sensibilidade docente ao contexto amazônico e promover imersão sociocultural e ecológica confirma que a educação relevante para a Amazônia deve nascer do encontro entre conhecimento escolar e conhecimento territorial.

Também é importante reconhecer que a valorização dos saberes locais não significa idealização romântica das comunidades. As populações ribeirinhas enfrentam condições materiais desiguais, dificuldades de acesso a serviços, fragilidades de infraestrutura, conflitos territoriais e pressões econômicas intensas. O ponto central não é negar essas dificuldades, mas evitar que elas sejam usadas para desqualificar suas formas de conhecimento e suas práticas de manejo. Ao contrário, o que a literatura sugere é que políticas públicas mais eficazes serão aquelas capazes de combinar garantia de direitos, apoio material e reconhecimento epistemológico das comunidades.

4. CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste estudo permite concluir que a relação entre cultura, ambiente e sustentabilidade nas comunidades ribeirinhas da Amazônia não pode ser compreendida por meio de categorias separadas ou por modelos interpretativos que dissociem o humano da natureza. Ao contrário, os achados indicam que essas comunidades organizam sua existência a partir de uma interação histórica, territorial e cotidiana com os rios, a várzea, a floresta e os ciclos ecológicos, produzindo formas de vida nas quais trabalho, memória, identidade, subsistência e conhecimento ambiental se articulam de maneira profunda. Essa constatação é central porque desloca a visão que reduz os ribeirinhos a populações “adaptadas” ao meio e os reconhece como sujeitos históricos que constroem, pela experiência e pela transmissão intergeracional, uma racionalidade socioambiental própria. Estudos sobre territorialidade ribeirinha e sobre comunidades tradicionais mostram justamente que o território, para esses grupos, não constitui apenas base material de sobrevivência, mas condição de reprodução cultural, simbólica e social.

Uma das conclusões mais importantes é que os modos de vida ribeirinhos revelam formas de sustentabilidade concretamente praticadas, e não apenas idealizadas em discursos ambientais externos. A literatura revisada sugere que as práticas ligadas à pesca artesanal, ao extrativismo, ao uso da várzea e à observação dos ritmos da natureza não são atividades aleatórias nem simples hábitos econômicos, mas sistemas de uso do território regulados por experiência acumulada, prudência ecológica, observação contínua e formas locais de normatividade. Isso não significa afirmar que toda prática comunitária seja automaticamente sustentável ou isenta de

tensões, mas reconhecer que as comunidades ribeirinhas desenvolveram estratégias de reprodução que dependem da manutenção dos ciclos ecológicos e, por isso, tendem a construir formas de uso menos dissociadas do equilíbrio ambiental do que os modelos predatórios impostos externamente. Em tal sentido, a sustentabilidade, nas comunidades ribeirinhas, não pode ser entendida apenas como adoção de técnicas “verdes”, mas como resultado de uma relação territorial historicamente sedimentada.

O estudo também permite afirmar que os saberes tradicionais ocupam posição decisiva nesse processo. Os trabalhos analisados sobre conhecimentos ecológicos locais, manejo pesqueiro e etnoictiologia mostram que as populações ribeirinhas acumulam conhecimento refinado sobre espécies, sazonalidades, comportamento dos peixes, funcionamento da várzea e variações ambientais. Esse conhecimento não é apenas prático, no sentido estreito, mas constitui forma de interpretação do mundo natural, produzida por observação prolongada, uso compartilhado dos recursos e transmissão oral entre gerações. Sua relevância, portanto, é dupla: ele orienta o uso cotidiano dos recursos e, ao mesmo tempo, oferece base para pensar estratégias de conservação mais compatíveis com os territórios e com seus sujeitos. Reconhecer a legitimidade desses saberes significa deslocar a posição subalterna frequentemente atribuída aos conhecimentos tradicionais e assumir que a conservação amazônica não depende somente de ciência externa ou controle estatal, mas também da inteligência ecológica já presente nos territórios.

Essa conclusão conduz diretamente a uma crítica do modelo hegemônico de desenvolvimento aplicado à Amazônia. O paradigma dominante costuma tratar a região como fronteira

econômica a ser integrada por grandes projetos, intensificação da exploração de recursos e modernização produtiva orientada por lógicas externas. O problema é que tal paradigma frequentemente opera pela desvalorização das territorialidades ribeirinhas, convertendo seus modos de vida em entrave à expansão econômica ou em resíduo de uma realidade considerada ultrapassada. A literatura revisada mostra, entretanto, que essas comunidades desenvolvem alternativas concretas de uso racional dos recursos e de organização econômica local que desafiam a ideia de que o único caminho possível para o desenvolvimento amazônico seja a exploração intensiva e concentradora. Em outras palavras, o principal contraste não é entre tradição e progresso, mas entre diferentes racionalidades de apropriação do território: uma orientada pela extração acelerada e outra fundada em permanência, reciprocidade e continuidade do uso.

No âmbito do manejo dos recursos naturais, a pesquisa confirma que as experiências participativas desenvolvidas em contextos ribeirinhos oferecem evidências relevantes de que conservação e reprodução econômica podem ser articuladas. Os estudos sobre gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros, acordos de pesca e manejo participativo do pirarucu mostram que a construção de regras locais, a observação ecológica comunitária e o monitoramento conjunto podem produzir resultados favoráveis tanto para a proteção das espécies quanto para a geração de renda e segurança alimentar. Essa constatação tem grande relevância política, porque demonstra que comunidades ribeirinhas não devem ser tratadas apenas como destinatárias de políticas ambientais, mas como agentes de governança socioambiental. A sustentabilidade, nesse caso, deixa de ser uma prescrição externa e se torna prática socialmente construída, na qual as próprias comunidades

participam da formulação de normas, da fiscalização e do planejamento de uso do território.

Outro eixo fundamental desta conclusão refere-se à educação. A pesquisa permite sustentar que a educação, nas comunidades ribeirinhas, só cumpre papel emancipador quando se torna contextualizada às realidades socioterritoriais amazônicas. Os estudos sobre educação na Amazônia e sobre escolas ribeirinhas mostram que modelos escolares padronizados, desconectados dos ciclos das águas, da economia local, da memória coletiva e dos saberes comunitários tendem a produzir distanciamento, baixa pertinência curricular e enfraquecimento da identidade local. Em contrapartida, quando o processo educativo incorpora os conhecimentos territoriais, dialoga com a oralidade, com a experiência produtiva e com os repertórios culturais da comunidade, ele passa a operar como mecanismo de valorização cultural, fortalecimento identitário e formação ecológica crítica. Nesse sentido, a escola não deve apenas levar conteúdos à comunidade, mas reconhecer a comunidade como produtora de conhecimento e como parte constitutiva do currículo.

A educação ambiental, especificamente, emerge como espaço privilegiado para essa articulação entre saber local e conhecimento escolar. Os achados sugerem que ela ganha maior potência quando não se restringe a mensagens genéricas sobre preservação, mas quando se enraíza na experiência concreta do território, das águas, da pesca, dos ciclos ecológicos e dos conflitos socioambientais locais. A educação ambiental contextualizada permite que estudantes e comunidades não apenas “aprendam sobre o ambiente”, mas reflitam criticamente sobre suas próprias práticas, sobre a pressão exercida por modelos externos de exploração e

sobre as possibilidades de fortalecimento do protagonismo comunitário. Ao mesmo tempo, ela favorece a construção de uma consciência ecológica que não separa conservação de justiça social. Esse ponto é crucial: para as comunidades ribeirinhas, preservar não é abstração moral, mas condição de continuidade da vida coletiva, da cultura e da própria economia local.

A pesquisa também mostra que a valorização dos saberes locais nos processos educativos não significa rejeição da ciência ou fechamento à inovação. Ao contrário, os estudos mais consistentes apontam para a necessidade de diálogo entre conhecimentos tradicionais e saberes científicos, em bases respeitadas e não hierárquicas. A questão central não é escolher entre um e outro, mas construir interfaces em que a ciência possa contribuir para fortalecer políticas de conservação, manejo e educação sem apagar a autonomia epistemológica e territorial das comunidades. Essa aproximação é especialmente relevante em temas como monitoramento ambiental, manejo pesqueiro, adaptação às mudanças climáticas, saúde coletiva e inovação social. Quando o diálogo se dá em condições assimétricas, os saberes locais são apropriados sem reconhecimento ou subordinados a agendas externas. Quando se dá em bases colaborativas, pode ampliar a potência das respostas comunitárias e das políticas públicas.

No plano político-institucional, a conclusão é que o reconhecimento jurídico das comunidades tradicionais representa avanço importante, mas ainda insuficiente. O Decreto nº 6.040/2007 oferece base normativa para o reconhecimento de povos e comunidades tradicionais e de sua dependência dos territórios e recursos naturais para reprodução cultural, social e econômica. Contudo, a distância entre reconhecimento formal e efetivação prática permanece

grande. As comunidades ribeirinhas ainda enfrentam dificuldades de acesso a políticas públicas, invisibilidade em planejamentos territoriais, precariedade de infraestrutura, fragilidades no atendimento educacional e pressões constantes sobre seus territórios e recursos. Isso significa que a valorização da cultura ribeirinha e de suas práticas sustentáveis não pode ficar restrita à retórica do reconhecimento; ela precisa se desdobrar em políticas educacionais, ambientais, fundiárias e econômicas que fortaleçam concretamente suas capacidades de reprodução social.

Também se conclui que o desenvolvimento local, em contextos ribeirinhos, precisa ser pensado para além de indicadores convencionais de crescimento econômico. A literatura revisada mostra que perspectivas mais consistentes de desenvolvimento nesses territórios envolvem ampliação das capacidades comunitárias, fortalecimento da autonomia, garantia de direitos sociais, valorização dos sistemas produtivos locais e manutenção da integridade socioecológica do território. Isso implica recusar a ideia de que desenvolvimento signifique necessariamente transformação das comunidades em versões reduzidas de centros urbanos ou sua inserção subordinada em cadeias extrativas predatórias. As comunidades ribeirinhas indicam que é possível conceber formas de desenvolvimento baseadas em economias locais, uso racional dos recursos, cooperação comunitária e centralidade da vida territorial. Tal perspectiva não nega a necessidade de renda, infraestrutura, saúde e educação; ao contrário, reivindica esses direitos sem exigir a destruição dos modos de vida que dão sentido à existência comunitária.

Um aspecto particularmente relevante da discussão é que a conservação ambiental, quando dissociada do reconhecimento dos

sujeitos amazônicos, tende a produzir novas formas de injustiça. Ao longo da história, diferentes políticas ambientais trataram populações tradicionais como obstáculos à preservação, ignorando que muitos territórios hoje considerados valiosos do ponto de vista ecológico foram mantidos justamente por práticas de uso e cuidado comunitário. A conclusão deste estudo reforça que não há projeto legítimo de conservação amazônica que se construa contra as comunidades ribeirinhas. A proteção da biodiversidade precisa ser pensada com elas, a partir de seus territórios e de suas formas de conhecimento, e não por sua substituição simbólica ou material. A justiça ambiental, nesse caso, exige vincular proteção ecológica, reconhecimento cultural e participação política.

Do ponto de vista teórico, o artigo sustenta que as comunidades ribeirinhas permitem repensar o próprio conceito de sustentabilidade. Em vez de defini-la apenas como equilíbrio entre exploração econômica, proteção ambiental e inclusão social em termos genéricos, os achados sugerem que ela deve ser lida como processo territorialmente situado, fundado em relações concretas entre modos de vida, uso dos recursos, memória coletiva, governança local e reprodução cultural. A sustentabilidade ribeirinha não é simples aplicação local de um conceito global; ela é prática vivida, atravessada por conflitos, adaptações e escolhas coletivas. Isso torna essas comunidades especialmente importantes para o debate contemporâneo, pois elas oferecem não apenas “casos” de estudo, mas possibilidades reais de reorientação das formas dominantes de pensar desenvolvimento e conservação.

Por fim, a principal conclusão deste estudo é que a Amazônia, observada a partir das comunidades ribeirinhas, não deve ser pensada unicamente como problema a ser administrado, mas como

espaço de produção de alternativas. As práticas culturais, os saberes territoriais, as formas de manejo e as experiências educativas dessas comunidades indicam que existem caminhos concretos para articular conservação ambiental, fortalecimento das economias locais, justiça social e valorização da diversidade cultural. O que falta, em grande medida, não é capacidade local de produzir sustentabilidade, mas reconhecimento político, apoio institucional e disposição das políticas públicas para dialogar de forma consequente com os sujeitos amazônicos. Valorizar o protagonismo ribeirinho significa, portanto, reconhecer que o futuro da Amazônia não se constrói apenas por grandes projetos externos ou por decisões centralizadas, mas também — e decisivamente — pelos conhecimentos, práticas e projetos de vida das populações que historicamente habitam e cuidam de seus territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Silvana; DAL'ASTA, Ana Paula; BRIGATTI, Newton; PINHO, Carolina Moutinho Duque de; MEDEIROS, Liliam César de Castro; ANDRADE, Pedro Ribeiro de; PINHEIRO, Taíse F.; ALVES, Pedro Assumpção; ESCADA, Maria Isabel Sobral; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. **Comunidades ribeirinhas como forma socioespacial de expressão urbana na Amazônia: uma tipologia para a região do Baixo Tapajós (Pará-Brasil)**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 367-399, 2013. DOI: 10.1590/S0102-30982013000200003.

ALENCAR, Danielle Golvim da Silva; COSTA, Francimara Souza da. **Resiliência pedagógica: escolas ribeirinhas frente às variações de seca e cheia do Rio Amazonas**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 47, e230347, 2021. DOI: 10.1590/S1678-4634202147230347.

ARRUDA, Rinaldo. **“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação.** *Ambiente & Sociedade*, Campinas, ano II, n. 5, p. 79-92, 1999. DOI: 10.1590/S1414-753X1999000200007.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: Portal da Legislação.

FERNANDES, Joyce Sampaio Neves; MOSER, Liliane. **Comunidades tradicionais: a formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas.** *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 532-541, 2021. DOI: 10.1590/1982-0259.2021.e79717.

HECKTHEUER, Pedro Abib; SOUZA, Cássio Bruno Castro; HECKTHEUER, Fabio Rychecki. **Desenvolvimento como liberdade em uma comunidade ribeirinha da Amazônia: uma análise dos efeitos do Programa Bolsa Família em São Carlos, Porto Velho, Rondônia.** *Seqüência (Florianópolis)*, Florianópolis, n. 78, p. 119-148, abr. 2018.

LE TOURNEAU, François-Michel; KOHLER, Florent. **Meu coração não mudou: desenvolvimento sustentável, pragmatismo e estratégia em contexto amazônico tradicional.** *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 187-204, 2011.

LIMA, Liane Galvão de; BATISTA, Vandick da Silva. **Estudos etnoictiológicos sobre o pirarucu *Arapaima gigas* na Amazônia Central.** *Acta Amazonica*, Manaus, v. 42, n. 3, p. 337-344, 2012. DOI: 10.1590/S0044-59672012000300005.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política.** *Interações*, Campo Grande, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016. DOI: 10.20435/1518-70122016107.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 165-182, 2005. DOI: 10.1590/S0103-40142005000200010.

SANTOS, Maria Neli dos; RAVENA, Nirvia; BARBOSA, Elda Lima; SANTOS, Roberto Araújo dos. **Saberes tradicionais em uma unidade de conservação localizada em ambiente periurbano de várzea: etnobiologia da andirobeira (*Carapa guianensis* Aublet.).** *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 9, n. 1, p. 93-108, 2014.

SEIXAS, Cristiana Simão; KALIKOSKI, Daniela Coswig; ALMUDI, Tiago; BATISTA, Vandick da Silva; CASTELLO, Leandro; HANAZAKI, Natalia; BEGOSSI, Alpina. **Gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil: elementos para um programa nacional.** *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 23-44, 2011.

TIRIBA, Lia; RODRIGUES, Doriedson. **Povos e comunidades tradicionais e práticas educativo-formativas de integração de saberes na Amazônia frente à ruptura do sociometabolismo seres humanos-natureza.** *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 125, p. 1-21, out./dez. 2024, e0245052. DOI: 10.1590/S0104-40362024003205052.

UNESCO. **Education in Amazon requires sensitivity to Indigenous people.** Paris: UNESCO, 27 jun. 2023. Disponível no portal

institucional da UNESCO.

- ¹ Mestra em Ciências da Educação, Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: cristiane_pamplona@hotmail.com
- ² Mestra em Ciências e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: adv.odaize@gmail.com
- ³ Mestre em Alimentos e Nutrição, Tecnólogo de Alimentos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: Lailton.f@hotmail.com
- ⁴ Mestre em Educação Profissional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT/PPPGE). E-mail: cabsantos10@gmail.com
- ⁵ Doutora em Ciência Jurídica pelo Centro Universitário Martha Falcão (FMF/FAMETRO). E-mail: lenirpinheiro@gmail.com
- ⁶ Especialista em Pedagogia Social e Gestão de Projetos Sociais pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). E-mail: aline.oliveira@unir.br
- ⁷ Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). E-mail: rosangellabarreto@gmail.com
- ⁸ Doutoranda em Entomologia e Conservação da Biodiversidade, Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: fonseca.jussara5@gmail.com

⁹ Bacharel em Administração pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: helllderbrito@gmail.com

¹⁰ Mestrando em Estudos Jurídicos (Direito Internacional) pela MUST University (Flórida, USA). E-mail: victorxisto@live.com

¹¹ Mestrando em Ciências e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: Murillocavalcante32@gmail.com

¹² Doutor em Ciências e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: agnaldo@ufpa.br